

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPOS, RJ, com competência cível, criminal e previdenciária.

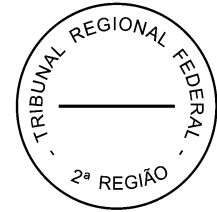
Juiz Federal Titular: DR. ROBERTO DANTES SCHUMAN DE PAULA.

Juiz Federal Substituto: não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 14 até 18 de setembro de 2015, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de Campos, RJ/, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar cumprimento à Meta 01/2015, do CNJ;
2. Dar andamento aos processos parados, principalmente os parados entre 31 e 60 dias;
3. Procurar regularizar os processos com remessa externa, que estejam com o prazo de entrega (data de expiração) vencido;
4. Regularizar a classificação de sentença do Processo nº 017845873.2014.4.02.5103;
5. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (380) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

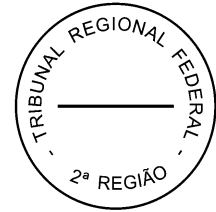
Não houve designação de representante do Ministério Público, nem da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e desde a remoção do Juiz Substituto em 25/05/2015, os ímpares.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Titular: Dr. Roberto Dantes Schuman de Paula, em exercício desde 26/03/2015.

. Substituto: não há.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 12

Analistas Judiciários: 03

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

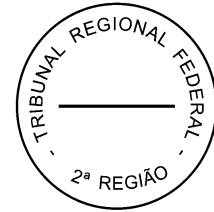
Fonte: Questionário pré-correição.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2012	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	7.341	2.666
Suspensos	532	910
Tramitação ajustada	6.809	1.756

ACERVO TOTAL: CÍVEL + CRIMINAL = 2.666

MATÉRIA CÍVEL:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total: 2.657
Suspensos: 910
Em tramitação: 1.747

MATÉRIA CRIMINAL:

Total: 09
Suspensos: 00
Em tramitação: 09

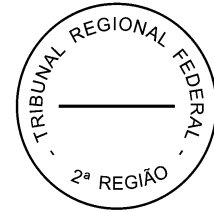
Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2012 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao **mês de agosto de 2015. Posição em 01.09.2015.**

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (31/08/2014 até 31/08/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.659	66,30	6
Decisão	639	7,49	13
Sentença	2.237	26,21	23
Total Geral	8.535	100,00	11

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de **agosto de 2015**. Planilha Apolo Excel – Intimados. **Posição em 01/09/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS DO CNJ

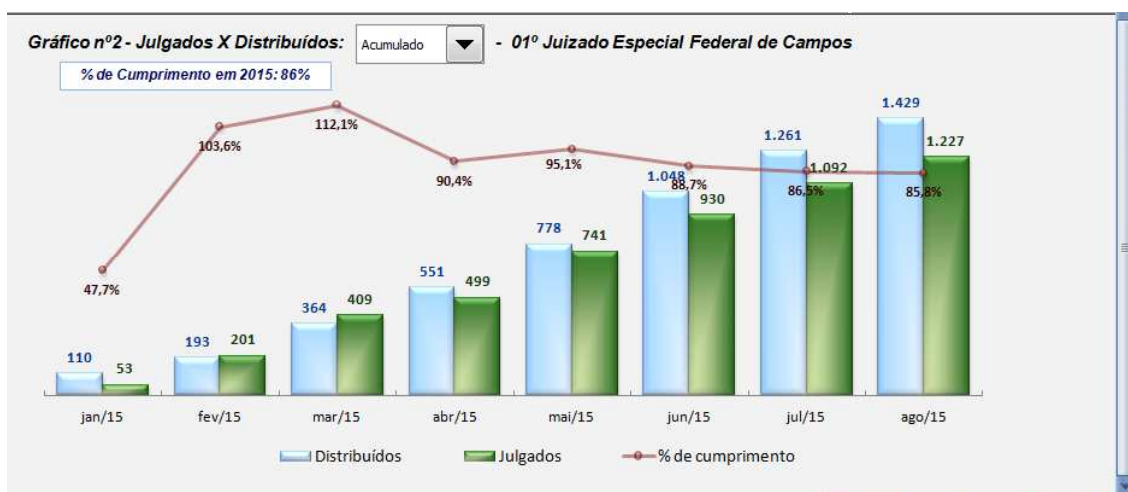
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

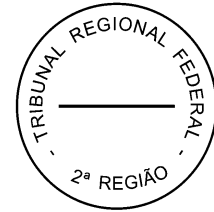
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/09/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, até o momento, o **percentual acumulado de cumprimento da meta foi de 86%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico da Meta 1/2015 do CNJ





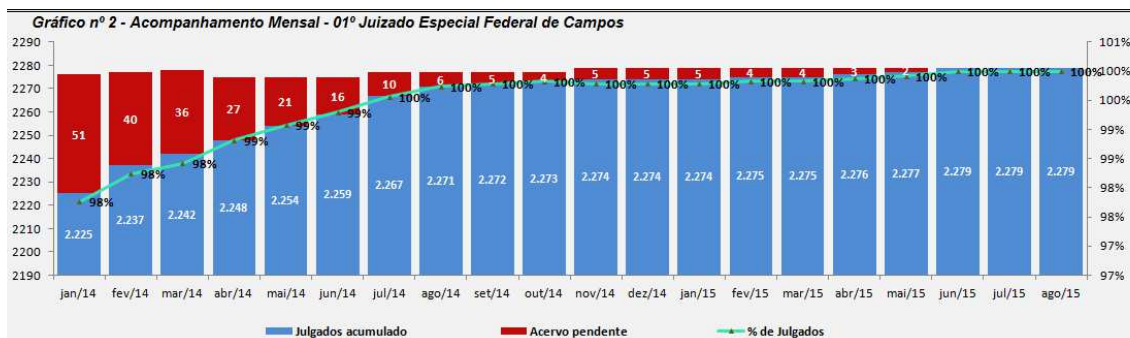
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Não constam processos pendentes de julgamento. A Meta 2 do CNJ foi cumprida integralmente. A partir de junho/2015, observa-se que não há mais processos pendentes de julgamento referente à Meta 2, como demonstra o gráfico transcrito abaixo:

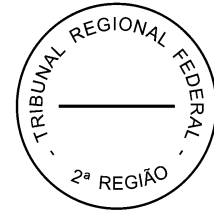
Gráfico da Meta 2 do CNJ



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 01/09/2015, e consultas ao Sistema Apolo, posição até 01/09/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

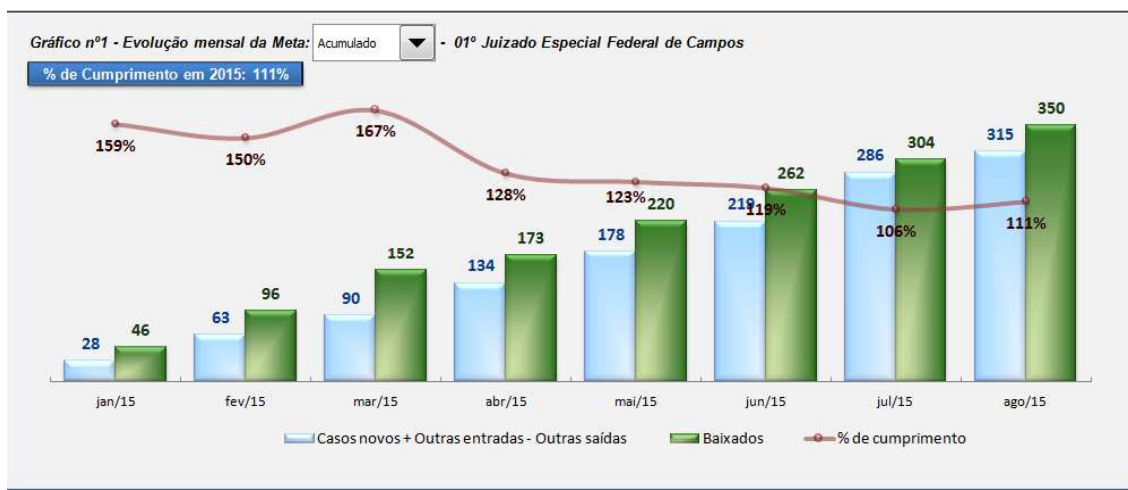
Não se aplica.

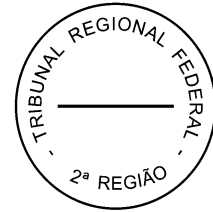
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01.09.2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual acumulado de cumprimento da meta foi de 111%, até o mês de agosto de 2015**, como ilustra o gráfico a seguir:

Meta 5 do CNJ/2015





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

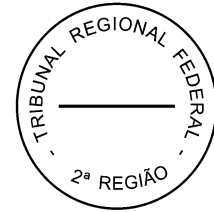
VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de **01.09.2015**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ AUDIÊNCIAS (DE 31 DE AGOSTO/2014 A 31 DE AGOSTO/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 404 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 01/09/2014 e a última de 19/08/2015.

Conforme informações obtidas no questionário de pré-correição (item 3.2), no período de agosto de 2014 a julho de 2015, foram agendadas 527 audiências e realizadas 523.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e Questionário pré correição, item 3.2.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

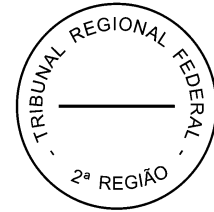
1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não foi identificado um local virtual específico destinado às iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição:

“[...] A análise é feita a partir da leitura da petição inicial e verificação dos documentos juntados. Na maioria dos despachos iniciais é feito um resumo sobre o que é demandado. Na falta de elementos que permitam o devido processamento legal, determina-se a respectiva emenda, no prazo legal. Na presença de tais elementos, confecciona-se o respectivo despacho, padronizado para quando cabível, e individualizado quando necessário. Os requerimentos sobre os quais é possível decidir, são decididos já no despacho/decisão inicial.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 02/09/2015, às 14h:24min, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

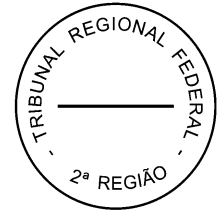
38 Documentos, sendo o mais antigo de 09/02/2015, referente ao processo nº 0001685-91.2012.4.02.5153.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 02/09/2015, às 14h 37min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Consoante informação obtida no questionário de pré-correição, item 3.11.1, o juízo correicionado adota o seguinte procedimento para a análise da prevenção:

“[...] No que diz respeito aos termos de prevenção, é feita a análise da ação distribuída por dependência e dos processos que geraram em tese a prevenção, a fim de que se observe se realmente há a prevenção. Se houver a aludida prevenção, adota-se o procedimento acima descrito para análise de iniciais. Se não houver referida prevenção, adota-se um despacho padrão em que se demonstra que partes e/ou causa de pedir e/ou pedido são diferentes, com a remessa dos autos à livre distribuição.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado, item 8, informa o seguinte:

“Estão sendo processadas regularmente e, inclusive, no curso da inspeção, na forma do Provimento nº T2-PVC-2010/00079, de 27.08.2010, da Corregedoria do TRF2R.”

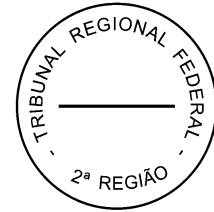
Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1 e Relatório de Inspeção Anual, item 8, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/09462, de 24/06/2015, realizada no período de 08/06/15 a 12/06/15.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:
(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	01/09/2015
Conclusão até	01/08/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	17	100,00
Decisão	0	0,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	17	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos conclusos para despacho com prazo vencido:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00028036820134025153 – processo com 62 dias de conclusão. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Ação redistribuída em 18/09/2013. Processo concluso para despacho em 01/07/2015. A conclusão foi o último andamento processual.

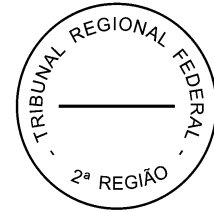
01269061620144025153 – processo com 46 dias de conclusão. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Ação distribuída em 27/05/2014. Processo concluso em 17/07/2015 para despacho. A conclusão foi a última movimentação processual.

00025391720144025153 – processo com 46 dias de conclusão. Ação previdenciária/juizado. Ação redistribuída em 01/08/2014. Processo concluso em 17/07/2015 para despacho. Este foi o último andamento processual até o momento.

00004788620144025153 – processo com 46 dias de conclusão. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Processo concluso em 17/07/2015 para despacho. A conclusão foi a última movimentação processual até o momento.

01604656120144025153 – processo com 43 dias de conclusão. Ação cível/juizado, FGTS. Ação distribuída em 28/10/2014. Processo concluso para despacho em 20/07/2015. Este foi o último andamento processual.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. **Posição em 04/09/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

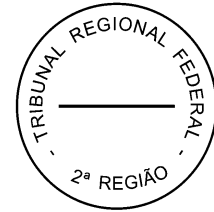
Posição em	01/09/2015
Último Movimento até	01/08/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	281	99,65
Mais de 60	1	0,35
Total Geral	282	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00011645920064025153 – processo parado há 61 dias. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Ação distribuída em 11/05/2006. Decisão de 14/05/2015, indeferindo a impugnação aos cálculos e minutas de precatórios/RPV, tendo em vista que os cálculos foram elaborados de acordo com as determinações contidas na decisão de fls. 472/474. Último andamento processual em 31/08/2015, distribuição de diligência de intimação para o oficial de justiça n.º 248. O processo está tendo movimentação processual.

00031175820064025153 – processo parado há 60 dias. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Ação distribuída em 08/01/2007. Ato ordinatório de 02/09/2015, informando que houve depósito da requisição com ordem de intimação da parte autora para levantamento de valores correspondentes. A expedição do ato ordinatório foi o último andamento processual. O processo teve movimentação processual em 02/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00022810720144025153 – processo parado há 57 dias. Ação previdenciária/juizado, benefício previdenciário. Ação distribuída em 27/06/2014. Despacho proferido em audiência no dia 03/09/2015, fixação de prazo de 5 dias para justificação documental da ausência da advogada por motivo de doença, sob pena de extinção do feito. O processo teve regular movimentação. Último despacho em 15/06/2015, designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento.

00032866420144025153 – processo parado há 55 dias. Ação cível/juizado, responsabilidade civil. Ação distribuída em 19/11/2014. Ato ordinatório em 06/07/2015, intimação da Empresa de Correios e Telégrafos para depósito judicial dos valores devidos no prazo de 60 dias. Último andamento processual, registrado em 08/07/2015, vista para a ECT/RJ, pelo prazo de 60 dias. O processo está tendo movimentação regular.

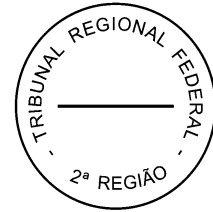
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 04/09/2015.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 01/09/2015, 3 (três) documentos, sendo o mais antigo de março de 2015, referente ao processo n.º 00029648820074025153.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, acerca das petições pendentes, nos foi informado o seguinte:

“As petições encaminhadas ao JEJ, tanto de processos físicos quanto eletrônicos, são juntadas aos autos no máximo em 03 (três) dias da data do protocolo, sendo certo que, em caso de impossibilidade de juntada da petição no prazo acima, semanalmente é verificada a disponibilidade dos autos na Secretaria e juntada a petição que se encontra pendente.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, **extraído em 01/09/2015**, e Relatório de Inspeção Anual, **item 5**, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/09462, de 24/06/2015, realizada no **período de 08/06/2015 a 12/06/2015**.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais:

EXPEDIÇÃO-PUBLICAR remetido ao DO-Aguardando Publicação – existem 237 documentos, sendo o mais antigo de 03/09/2015;

PRAZO-Ag. decurso de prazo-Padrão: MM/DD-UD (Autor, Réu, MPF, etc.) – existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 08/07/2015;

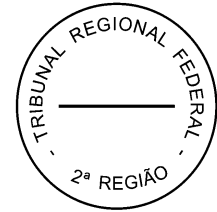
PRAZO-Ag. Laudo Médico (Aux. Doença/Ap. Invalidez) – 22 documentos, sendo o mais antigo de 20/08/2015;

PRAZO-Aguardando Perícia Médica – existem 50 documentos, sendo o mais antigo de 18/08/2015;

Remessa-intimações Gerente INSS-Prazo 10 dias – existe 1 (um) documento de 12/08/2015.

Visto em 03/09/2015 às 15h 42min.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, **posição em 03/09/2015**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existem locais virtuais, são os indicados abaixo:

RPV (Ag. Conferência e AO intimação partes) – nenhum documento encontrado;

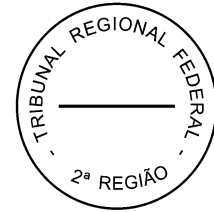
RPV/Precatórios – (Ag. Expedir) – existem 4 (quatro) documentos, sendo o mais antigo de 02/09/2015;

PROCESSAMENTO – Aguardando Retorno de Mandado – existem 11 (onze) documentos, sendo o mais antigo de 22/07/2015;

EXPEDIÇÃO – Mandados/Ofícios/Carta (MDJ) – existem 128 documentos, sendo o mais antigo de 23/07/2015;

PROCESSAMENTO–AGUARDANDO INTIMAÇÃO ELETRÔNICA – existem 161 documentos, sendo o mais antigo de 26/08/2015.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 03/09/2015 às 14h 25min.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	01/09/2015
------------	-------------------

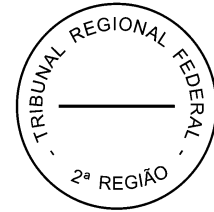
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Observação: De acordo com o mapa do Apolo Excel – Segredo de Justiça, não há processos para análise:

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/09/2015.**

10. PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 08/2015
	Processos	7.839
	Boletins	529
	Média (Proc. / Bol.)	14,82
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,86



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 01/09/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 9 (nove) processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0000889-52.2002.4.02.5153	AUTOR	03/11/2010	08/11/2010	1758
0002272-94.2004.4.02.5153	AUTOR	27/05/2011	08/06/2011	1546
0001929-30.2006.4.02.5153	AUTOR	16/01/2015	28/01/2015	216
0002090-40.2006.4.02.5153	AUTOR	01/07/2015	13/07/2015	50
0001470-47.2007.4.02.5103	MPF	20/10/2009	03/11/2009	2128
0000024-29.2002.4.02.5153	INSS	25/01/2008	01/02/2008	2769
0002992-12.2007.4.02.5103	PRF	27/02/2015	11/03/2015	174
0002625-66.2006.4.02.5153	ADV	01/07/2015	13/07/2015	50
0003107-14.2006.4.02.5153	ADV	01/07/2015	13/07/2015	50

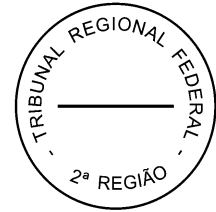
Observação: Em consulta ao sistema Apolo, em 02/09/2015, verificou-se que os processos indicados acima não foram devolvidos.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 01/09/2015, vencidos e não devolvidos até 01/09/2015, e consultas ao Apolo, **posição em 02/09/2015.**

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 01/09/2015):

- . Cíveis: 910
- . Criminais: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior - 894
- Cumprimento precatório/RPV - 15
- Outros - Fase/Processo Execução - 01

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Aguardando decisão de instância superior

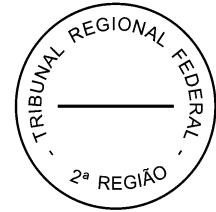
00001168420144025153
00025026320094025153
01017770920144025153
01100472220144025153
01468019420134025153

Cumprimento de Precatório/RPV

00039391320074025153
00027722420084025153
01296926720134025153
00054297020074025153
00034897020074025153

Outros – fase/processo execução

00025573820144025153



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, **extraído em 01/09/2015**, consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 04/09/2015**.

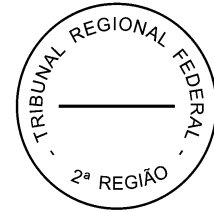
13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.237

1. PROCESSOS:

- a. Convertidas em diligência: 195
- b. Embargos de declaração: 24
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 263
 - ii. Extinção da punibilidade – reconhecida prescrição: 01
 - iii. Extinção da Punibilidade – transação/cumprimento condições: 02
 - iv. Conciliação/transação parcialmente homologada: 01
 - v. Improcedente: 705
 - vi. Improcedente – dispensada citação: 16
 - vii. Procedente: 83
 - viii. Procedente em parte: 101
 - ix. Reconhecida prescrição/decadência: 08
 - x. Reconhecimento da procedência do pedido: 03
 - xi. Renúncia ao Direito em que se funda a ação: 01
 - xii. Procedente com tutela deferida: 242
 - xiii. Procedente em parte com tutela deferida: 384
- d. Sem resolução de mérito: 191
 - i. Desistência da ação: 03
 - ii. Indeferimento de petição inicial: 01
- e. **Vazias: 13**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Observação: foram observados 13 processos sem o lançamento do tipo de intimação de sentença (vazias) no mapa de intimados do Apolo Excel.

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA (Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Todavia, foi encontrado um processo com classificação do tipo de sentença, na peça juntada aos autos, distinta da inserida no sistema Apolo. Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

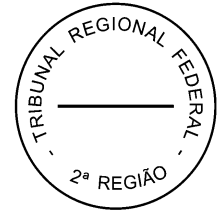
0500019-90.2015.4.02.5153
0174824-16.2014.4.02.5153
0003008-63.2014.4.02.5153
0000155-81.2014.4.02.5153
0000736-52.2014.4.02.5103

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0035173-32.2015.4.02.5153
0182196-16.2014.4.02.5153
0003770-79.2014.4.02.5153
0019937-40.2015.4.02.5153
0026933-54.2015.4.02.5153

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0500131-59.2015.4.02.5153
0084161-84.2015.4.02.5153
0046917-24.2015.4.02.5153
0066537-22.2015.4.02.5153
0178458-73.2014.4.02.5103



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0048134-58.2015.4.02.5103

0071643-62.2015.4.02.5153

0500141-06.2015.4.02.5153

0003775-04.2014.4.02.5153

0017771-35.2015.4.02.5153

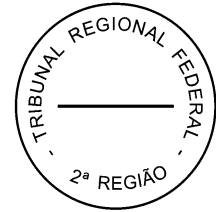
Observação: o processo n.º **0178458-73.2014.4.02.5103**, encontra-se com o tipo de sentença classificado no sistema Apolo como B-2 e na peça juntada aos autos como B-1.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 04/09/2015.**

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

Segundo informação obtida no questionário de pré-correição:

“No Apoio ao Gabinete, os processos são distribuídos aos servidores por matéria e as minutas são por ele elaboradas de acordo com a conclusão mais antiga e, dentre estas, com a distribuição mais antiga. A meta se resume a não deixar a conclusão para sentença ultrapassar 60 dias e a distribuição ultrapassar 18 meses. Com isso, as metas do CNJ são alcançadas.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Locais Virtuais:

GAB – Aguardando Audiência – existem 33 documentos, sendo o mais antigo de 06/07/2015;

GAB – ENTRADA ÍMPAR – INDIVIDUALIZADAS – não havia documentos em 03/09/2015 às 15h 51min;

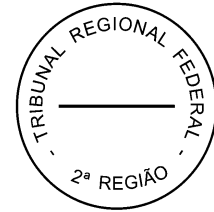
GAB – ENTRADA ÍMPAR – PADRONIZADAS 319 – existem 3 (três) documentos, sendo o mais antigo de 02/09/2015;

GAB- ENTRADA PAR – INDIVIDUALIZADAS – existe 1 (um) documento de 01/09/2015;

GAB – ENTRADA PAR – PADRONIZADAS – 233 – existe 1 (um) documento de 01/09/2015.

Cosoante informações obtidas no questionário de pré-correição, acerca dos processos localizados e separados no gabinete, o juízo correicionado, adota o seguinte procedimento:

“Como a maioria dos feitos têm alguma prioridade, não há um tratamento diferenciado para esses processos, salvo a requerimento da parte ou do advogado após a conclusão.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário de pré-correição. Locais virtuais **verificados em 03/09/2015 às 15h 51min.**

17.EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

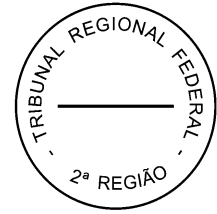
Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	380	380
		Natureza Executória	00	00
	Registro Sentença Antiga	Natureza Executória	00	00
		Total	380	380

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, **extraído em 01/09/2015.**

18.REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/08/2014 a 31/08/2015).
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 1.935
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 120 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- RPV Juizado Especial: 1.927

- . Cadastrados: 392
- . Conferidos: 91
- . Enviados: 1.444

- RPV's: 00

- . Cadastrados: 00
- . Enviados: 00

- Precatórios (Parcela única): 08

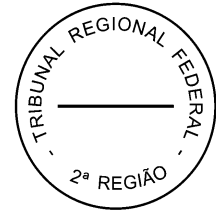
- . Cadastrados: 01
- . Enviados: 07

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 01/09/2015.

**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Não havia dados a relatar. Nenhum bem penhorado até o dia 01/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Observação: de acordo com o questionário pré-correição, em seu item 3.4.2, alínea “g”, não há bens constritos cadastrados.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, **extraído em 01/09/2015**, e consultas ao andamento processual respectivo, **posição até 01/09/2015**.

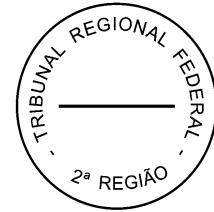
→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Não há bens com valor econômico e/ou passíveis de perdimento ou expropriação até a data de 01/09/2015.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao sistema Apolo, **posição até 01/09/2015**.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“LIVROS:

1. *Ponto*
2. *Carga de processos a Advogados e Peritos*
3. *Reclamações*

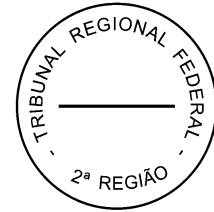
PASTAS: Pastas compostas de guias de remessas extraídas do sistema informatizado Apolo, devidamente recebidas pelos representantes das entidades.

1. *Autos recebidos da SEDIS-CA (Tombo)*
2. *Autos remetidos à SEDIS-CA*
3. *Remessa dos autos ao Setor de Contadoria*
4. *Retorno dos autos do Setor de Contadoria*
5. *Remessa para arquivo (processos físicos)*
6. *Remessa de autos Turma Recursal (processos físicos)*
7. *Autos recebidos da Turma Recursal (processos físicos)*
8. *Suspensão condicional de pena e do processo*
9. *Carga de autos para AGU, Carga de autos para Procuradores INSS, Carga de autos para Procuradores Fazenda Nacional, Carga de autos para PFR, Carga de autos para MPF e Carga de autos para CEF.*

Ressalte-se, entretanto, que aproximadamente 96,28% (noventa e seis vírgula vinte e oito por cento) do acervo da Vara são de processos eletrônicos, não demandando utilização de pastas para arquivamento de quaisquer remessas ou expedientes.

Além dos livros e pastas mencionados, também existe no Apoio ao Gabinete a “Pasta de Atas de Audiência”. Isso porque as atas de audiências ainda não são assinadas eletronicamente, sendo arquivadas na referida pasta.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/11303).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“O 1º Juizado Especial Federal de Campos dos Goytacazes exerce suas atividades num edifício situado na Praça São Salvador, 62, 8º andar, no Centro de Campos Goytacazes.

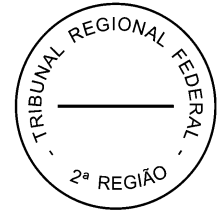
A partir do mês de abril de 2012, quando houve a criação do 2º Juizado Especial Federal de Campos dos Goytacazes, o espaço físico foi dividido, passando a suportar as atividades de 2 (dois) Juizados onde até então funcionava apenas 1(um).

A estrutura física é muito deficiente, uma vez que não existem banheiros para utilização pelos servidores e magistrados lotados nos dois Juizados, dentro do próprio JEF. Desta forma, os servidores, tanto os homens quanto as mulheres têm que utilizar um único banheiro (masculino/feminino), que fica no corredor do andar, gerando muito desconforto e até mesmo constrangimento para os mesmos.

Os equipamentos mobiliários encontram-se em bom estado de conservação, faltando, porém, algumas cadeiras ergonômicas e estando outras com defeitos.

No mês de agosto de 2015, este Juizado recebeu 14 (quatorze) microcomputadores novos com teclado e mouse.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 4, encaminhado pelo Ofício nº JFRJ-OFI-2015/11303 de 19/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses): reduzir o acervo de processos do juizado em 10%;

Metas de médio prazo (6 meses): julgar, baixar e arquivar o acervo de processos distribuídos até o ano de 2012;

Metas de longo prazo (1 ano): julgar, baixar e arquivar o acervo de processos distribuídos até o ano de 2013.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Carlos Alberto de Araujo Rocha, Mat. n.º 11.308